

Política de Privacidade

O canal de denúncia da Grupo EDPR foi criado com vista a reportar qualquer infração de normas nacionais e da União Europeia identificadas na Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do Direito da União Europeia, de infrações aos procedimentos, políticas e regulamentos internos da EDPR e, bem assim, às obrigações legais vigentes, com dimensão ética.

O canal de denúncia deve ser utilizado de forma responsável e prudente. Nos termos da lei, o denunciante deve proceder de boa-fé e abster-se da apresentação de denúncias infundadas.

A denúncia poderá ser apresentada de forma anónima. Sem prejuízo, em qualquer caso, as informações constantes da denúncia são confidenciais e estão protegidas contra acessos não autorizados.

Se a denúncia não for anónima, o funcionamento do canal de denúncia implica o tratamento de dados pessoais do denunciante, pela EDPR. A presente Política de Privacidade tem, por isso, em vista informar o denunciante sobre o tratamento dos respetivos dados pessoais, recolhidos através do referido canal de denúncia.

Poderão igualmente ser recolhidos dados do(s) denunciado(s). A comunicação da informação sobre privacidade ao denunciado será efetuada no momento do primeiro contacto com este, tendo em conta a confidencialidade da denúncia até tal momento. Caso a denúncia não contenha elementos suficientes para prosseguir com a análise ou não seja considerada procedente, não se efetuará qualquer contacto com o denunciado.

1. Quais os dados pessoais recolhidos e objeto de tratamento?

Poderão ser recolhidos os seguintes dados pessoais:

Do denunciante (se a denúncia não for anónima): nome completo, e-mail, número do telemóvel e eventuais outros dados incluídos na descrição da denúncia.

Do denunciado: os dados que o denunciante indicar na descrição da denúncia.

2. Quem é o «responsável pelo tratamento» dos dados pessoais?

São responsáveis conjuntos; i) a EDP Renováveis, S.A. inscrita no Registo Comercial das Astúrias volume 3.671, página 177, Folha N. AS – 37.669, registrado em Plaza de la Gesta, número 2 Oviedo (Espanha), com sede profissional em Serrano Galvache 56, Centro Empresarial Parque Norte Edificio Olmo, planta 7, 28033, Madrid (Espanha), com o capital social de EUR 4.802.790.810 e número fiscal A-74219304 e; ii) a empresa EDPR que o denunciante identificar na sua denúncia, cuja identificação será exibida no formulário de denúncia depois de selecionada pelo denunciante (adiante “EDPR”).

3. A EDPR tem um Encarregado da Proteção de Dados?

Sim. O Encarregado da Proteção de Dados poderá ser contactado através do endereço de correio eletrónico dataprotection@edpr.com.

4. Qual a finalidade e a base legal aplicável ao tratamento?

Os dados pessoais do denunciante serão tratados pela EDPR com a finalidade de analisar, encaminhar e responder à sua denúncia, bem como o seu eventual encaminhamento para as autoridades competentes.

O tratamento de dados pessoais é necessário para o cumprimento de obrigações jurídicas a cargo da EDPR, designadamente relativas à proteção de denunciante de infrações, prevenção da corrupção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo. Quando esteja em causa a denúncia de infrações aos procedimentos, políticas e regulamentos internos da EDPR, o tratamento é igualmente necessário à prossecução do interesse legítimo da EDPR em minimizar o impacto negativo resultante dessa infração, e reforçar a cultura de cumprimento das políticas e procedimentos internos da EDPR.

Os dados poderão ser tratados e conservados para fins estatísticos, embora limitados ao mínimo indispensável para esse efeito.

5. A que entidades os dados pessoais serão comunicados?

Os dados pessoais poderão ser comunicados às autoridades nacionais e europeias competentes para investigar a infração denunciada, na medida em que tal for necessário ao seguimento da denúncia e que seja admitido por lei.

Os dados pessoais do denunciante poderão ser comunicados a um prestador de serviços idóneo, o qual tratará os dados exclusivamente para as finalidades estabelecidas e em observância das instruções por esta emitidas, cumprindo rigorosamente as normas legais sobre proteção de dados pessoais, segurança da informação e demais normas aplicáveis, nos termos de um acordo escrito celebrado entre as partes. Caso o denunciante deseje informação concreta sobre os subcontratantes nesta sede, poderá solicitar mais informação enviando pedido escrito para o endereço de correio eletrónico constante do ponto 3 da presente Política.

6. Os dados pessoais serão conservados por quanto tempo?

Nos termos da Diretiva, as denúncias serão conservadas só pelo período necessário e proporcionado para cumprir os requisitos impostos pela Diretiva, ou outros requisitos impostos pela legislação da União ou nacional. O período será contado da data de fecho do tratamento da denúncia, e, independentemente desse prazo, as denúncias serão conservadas enquanto durarem quaisquer processos judiciais ou administrativos a elas relacionados.

Quaisquer dados que não forem considerados relevantes para o tratamento da denúncia serão imediatamente eliminados.

Para fins estatísticos, os dados poderão ser conservados para além dos períodos referidos, sendo para este efeito anonimizados.

7. Que direitos de acesso aos dados pessoais existem?

O denunciante, enquanto titular dos dados, tem o direito de solicitar o acesso aos dados pessoais que lhe digam respeito, bem como a sua retificação, o seu apagamento depois de decorrido o período de conservação imposto por lei, a limitação do tratamento, o direito de se opor ao tratamento (nomeadamente aos tratamentos realizados com base no legítimo interesse da EDPR), bem como o direito à portabilidade dos dados, tudo nos termos da legislação em vigor em matéria de dados pessoais.

Para exercício dos direitos acima referidos, ou para qualquer questão relacionada com a presente Política de Privacidade, o denunciante poderá contactar o encarregado de proteção de dados (DPO) da EDPR, cujo endereço de correio eletrónico é dataprotection@edpr.com.

O denunciante também tem o direito de apresentar uma reclamação à Autoridade de Controle competente se entender que os direitos sobre os seus dados pessoais foram infringidos.

8. Existirão transferência internacionais de dados?

A EDPR procurará assegurar que o tratamento de dados pessoais acontece inteiramente no Espaço Económico Europeu. Excepcionalmente e quando estritamente necessário para a prossecução das finalidades de tratamento descritas nesta Política, a EDPR poderá transferir os dados pessoais recolhidos para países terceiros ou organizações internacionais para os quais exista uma decisão de adequação da Comissão Europeia ou sujeitos às salvaguardas adequadas previstas na lei, como por exemplo a celebração de cláusulas contratuais-tipo para a transferência de dados pessoais (nos termos do artigo 46.º do RGPD). Quando transfira dados para países terceiros ou organizações internacionais com base em salvaguardas adequadas, a EDPR assegurará as medidas suplementares para garantir que os dados pessoais gozam de um nível de proteção essencialmente equivalente ao existente na União Europeia.

A EDPR poderá atualizar ou alterar esta Política de Privacidade, caso em que divulgará a nova política na plataforma do canal de denúncia, ficando disponível para consulta.

Junho de 2022.